



Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (Face)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Bacharelado em Ciências Contábeis

MANUELA TEIXEIRA ZAGO

**PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA: Um estudo sobre a aplicação da NBC TA
701 no relatório de auditoria dos intermediários financeiros listados na
BM&FBOVESPA**

BRASÍLIA - DF
2018

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva
Vice-reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Eduardo Tadeu Vieira
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Doutor César Augusto Tibúrcio Silva
Coordenador de Pós-Graduação do curso Ciências Contábeis

Professor Doutor Paulo César de Melo Mendes
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis

Professora Doutora Danielle Montenegro Salamone Nunes
Coordenadora de Graduação do curso de Ciências Contábeis – diurno

Professor Mestre Elivânio Geraldo de Andrade,
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - noturno

MANUELA TEIXEIRA ZAGO

PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade de Brasília, como requisito parcial à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e consequente obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador:
Prof. Dr. José Humberto da Cruz Cunha

BRASÍLIA - DF
2018

RESUMO

A comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria visa tornar o relatório de auditoria mais informativo e fornecer informações mais detalhadas sobre os assuntos que, segundo o julgamento do auditor, foram os mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente. A norma entrou em vigência no Brasil para as demonstrações contábeis de períodos que findam em ou após 31 de dezembro de 2016. Nesse contexto, a pesquisa foi realizada entre os intermediários financeiros listados na B3 e o objetivo desta foi comparar como os assuntos são tratados por cada empresa de auditoria. Foram analisados que constavam nos relatórios das 31 empresas financeiras listadas no sítio da B3 os Principais Assuntos de Auditoria somando 107 principais assuntos listados pelas empresas de auditoria. As conclusões obtidas com os resultados mostraram que a maioria dos assuntos é classificado como PAA devido ao julgamento necessário por parte da administração das empresas na determinação das premissas e dos critérios utilizados e que há semelhança na escrita dos dados por parte das empresas de auditoria, o que leva a ausência de detalhamento.

Palavras-chave: Principais Assuntos de Auditoria. Relatório do Auditor. Intermediários Financeiros. Empresas de Auditoria.

SUMÁRIO

<u>1 INTRODUÇÃO</u>	6
<u>2 REFERENCIAL TEÓRICO</u>	7
<u>3 METODOLOGIA</u>	10
<u>4 ANÁLISES E RESULTADOS</u>	12
<u>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	21
<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	22

1 INTRODUÇÃO

Essencial para a proteção dos usuários das demonstrações contábeis, a auditoria independente foi criada a partir do crescimento das empresas, que, em decorrência das novas tecnologias, do aprimoramento dos procedimentos internos e do esforço para manterem-se em um mercado mais competitivo, passaram a investir mais recursos em suas operações e, conseqüentemente, buscaram novas formas de investimento, como empréstimos bancários e abertura de capital (IBRACON, 2015).

A importância do trabalho do auditor independente é verificada em face de uma demanda cada vez mais crescente e incessante por informações públicas que sejam relevantes, úteis e valiosas (OLIVEIRA, 2016). A auditoria independente é realizada através da obtenção de evidências que darão suporte às conclusões do auditor, no Relatório sobre as Demonstrações Contábeis da empresa auditada (COSTA, FREIRE e ARAÚJO, 2017).

A partir de 2009 iniciou-se um processo de convergência das normas brasileiras de auditoria às normas internacionais de auditoria. Segundo Costa, Freire e Araújo, há alguns anos, o relatório da auditoria independente vinha sendo alvo de críticas por ser divulgado de forma genérica, com descrição padronizada de opinião seguindo modelo em uso. Para atender a demanda dos usuários, o IAASB emitiu novos requerimentos sobre o relatório do auditor, em janeiro de 2015. Esses novos requerimentos entraram em vigência no Brasil no ano de 2016 gerando grande expectativa quanto à melhoria da transparência dos relatórios emitidos pela auditoria externa. Dentre os novos requerimentos, há a NBC TA 701, que estabelece as regras sobre a comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria (SOUZA E MARQUES, 2016).

A comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria visa tornar o relatório mais informativo. A comunicação desses assuntos fornece informações adicionais aos usuários previstos das demonstrações contábeis, apresentando quais os assuntos foram os mais importantes, segundo o julgamento do auditor, nas demonstrações contábeis do período corrente.

Desta forma, foram analisados os relatórios de auditoria dos 31 intermediários financeiros listados no site da BM&FBOVESPA e o conteúdo dos Principais Assuntos de Auditoria listados nesses relatórios. A análise foi realizada com o intuito de comparar como cada assunto é tratado por cada empresa de auditoria, se há paridade para determinar o que

induz um assunto a exigir atenção significativa na realização da auditoria e se esse ramo de atividade apresenta assuntos análogos.

Diante da importância do relatório de auditoria aos usuários das informações contábeis, os Principais Assuntos de Auditoria fornecem maior credibilidade e confiabilidade na análise das demonstrações contábeis. A divulgação desses assuntos pode auxiliar na tomada de decisão dos investidores, fornecendo maior detalhamento quanto as demonstrações contábeis do período vigente.

O presente estudo tem como objetivo analisar quais são os Principais Assuntos de Auditoria das intermediadoras financeiras listadas na BMF&BOVESPA divulgados nos relatórios de auditoria do ano de 2017, e, de maneira específica verificar os aspectos basilares e suas relações entre as empresas de auditoria. Sendo necessário observar como variáveis:

- 1- Os títulos dos PAA's;
- 2- O conteúdo explanatório; e
- 3- A ação do auditor em relação a cada assunto.

Para o desenvolvimento do trabalho, foram utilizadas as demonstrações contábeis dos intermediários financeiros, pesquisas bibliográficas e informações científicas. A análise dos dados foi desenvolvida com base no conteúdo dos relatórios de auditoria e para complementar a análise foi realizado um estudo que expôs as palavras mais recorrentes presentes nos Principais Assuntos de Auditoria.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A auditoria surgiu como resultado da precisão da confirmação dos registros contábeis, em virtude do aparecimento das grandes empresas e da taxaço do imposto de renda. Sua evoluço ocorreu com o desenvolvimento econômico, foi aí ento que começaram a surgir as grandes empresas, formadas por capitais de muitas pessoas, que têm na comprovaço dos registros contábeis a proteço a seu patrimônio (CREPALDI, 2002).

A Auditoria é uma especializaço contábil voltada a testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial implantado com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado (WILLIAN ATTIE, 1998) e surgiu nas grandes empresas que apresentavam registros contábeis que precisavam de confirmaço por terceiros, para que servissem de base de tributaço de imposto de renda (CARVALHO 1989).

Inicialmente os atributos de um auditor eram, detectar fraude e detectar os erros técnicos nos relatórios. Oliveira (2015) escreveu que os auditores começaram a ser pressionados, principalmente devido aos escândalos contábeis ocorridos em 1929, e posteriormente com as empresas norte-americanas *Worldcom* e *Enron*. Consequentemente, a profissão sofreu alteraçoes nos seus padrões e escopo de auditoria e a detecço de fraudes passou a não fazer parte de suas responsabilidades.

Segundo Costa, Freire e Araújo (2017) o relatório da auditoria independente vinha sendo alvo de críticas por ser divulgado de forma genérica, com descrição padronizada de opinião seguindo modelo em uso. Para atender a demanda dos usuários, o *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB) emitiu novos requerimentos sobre o relatório do auditor, em janeiro de 2015. O impacto para o Brasil veio em julho de 2016, com a publicação, pelo CFC, no Diário Oficial da União (DOU), de um conjunto de normas que compõem o chamado Novo Relatório do Auditor Independente (NRA), com data de vigência para as demonstrações contábeis encerradas a partir de 31 de dezembro de 2016.

O novo relatório do auditor independente busca fornecer aos usuários maiores informações sobre o trabalho do auditor e aumentar o valor comunicativo deste através de uma seção separada intitulada de “*Key Audit Matters*” ou Principais Assuntos de auditoria.

Através do IAASB, da *International Federation of Accountants* (IFAC) entendemos por principais assuntos de auditoria aquelas questões que, no julgamento profissional do auditor, são as mais significantes para tal entidade no período corrente.

No estudo realizado pelo *Instituto dos Auditores Independentes do Brasil* (IBRACON) (2017) temos como “Principais Assuntos de Auditoria”- (PAA’s): aqueles que, no julgamento do auditor, foram os de maior importância na auditoria, tratando, então, as especificidades de cada entidade auditada e sobre os quais existe grande expectativa do mercado em geral.

No Brasil, a lei nº 6.404, de 1976 sofreu alterações pelas leis nº 11.638, de 2007 e nº 11.941, de 2009 quando foram introduzidos novos conceitos contábeis com o objetivo de harmonizar as regras contábeis do Brasil aos padrões internacionais de contabilidade. Segundo Freire, et al. (2012), foi determinado que a CVM – Comissão de Valores Mobiliários – adotasse a normatização contábil de acordo com os padrões internacionais, permitindo ainda que os reguladores fizessem convênio com a entidade que estudava e produzia tais normas. Dessa forma, em função do *International standard on auditing 701 (ISA)* foi divulgada a NBC TA 701.

Segundo a NBC TA 701, a comunicação dos principais assuntos de auditoria fornece informações adicionais aos usuários das demonstrações contábeis, para auxiliá-los a entender os assuntos que, segundo o julgamento profissional do auditor, foram os de maior importância na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente. A comunicação dos principais assuntos de auditoria também pode ajudar os usuários previstos das demonstrações contábeis a entender a entidade e as áreas que envolveram julgamento significativo da administração nas demonstrações contábeis auditadas.

Köhler, Ratzinger-Sakel e Theis (2016) consideraram os investidores e os não investidores em seu estudo sobre a comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria. Para os não investidores, foi observado que a seção dos Principais Assuntos de Auditoria não acrescentou valor comunicativo. E para os investidores a informação é valorizada de forma positiva.

Bédard, Besacier e Schatt (2014) analisaram 101 empresas francesas, e seus resultados mostraram que a divulgação dos Principais Assuntos de Auditoria tem efeitos limitados. O mercado não reagiu significativamente às mudanças, a qualidade, o custo e a eficiência da auditoria não foram afetadas e concluiu-se que o efeito dessa divulgação é meramente simbólico. No entanto esse resultado pode variar conforme os diferentes ambientes institucionais.

Os auditores vêm sendo criticados por usar uma linguagem muito padronizada, por não explicar como eles chegaram à opinião que eles fornecem dentro do relatório de auditoria, e por não conseguirem se comunicar de forma clara com os acionistas e potenciais investidores (CORDOS, FULOP, 2015) e os PAA's podem melhorar a eficiência na busca de informações ao reduzir a atenção para divulgações menos importantes. (SIROIS, BEDARD E BERA, 2017).

Na análise realizada por Sirois, Bedard e Bera (2017) conclui-se que a comunicação dos PAA's reportados é positiva por se tratar de assuntos que aumentam o risco de auditoria, dessa forma faz com que os usuários da informação possam direcionar sua atenção à assuntos relevantes para determinada entidade.

3 METODOLOGIA

As informações presentes no estudo foram extraídas do site da BM&FBOVESPA e os intermediadores financeiros estudados foram os seguintes: Alfa Holdings S.A., Banco Inter S.A., BANESTES S.A., Banco ABC Brasil S.A., Banco Alfa de Investimento S.A., Banco Amazônia S.A., Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A., Banco BGT Pactual S.A., Banco do Estado do Sergipe S.A., Banco do Estado do Pará S.A., Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., Banco Indusval S.A., Banco Mercantil de Investimentos S.A., Banco Mercantil do Brasil S.A., Banco Nordeste do Brasil S.A., Banco PAN S.A., Banco Patagonia S.A., Banco PINE S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., Banco Santander S.A., Banco de Brasília S.A., Itaú Unibanco Holding S.A., Itaúsa Investimentos S.A., Paraná Banco S.A., Bradesco Leasing S.A., BV Leasing S.A., Dibens Leasing S.A., Financeira Alfa S.A., Finansinos S.A. e Mercantil Brasil Financeira S.A.. Esses são todos os intermediários listados no sítio da B3.

O estudo tem abordagem qualitativa, pelas suas análises, sendo que está classificado como analítico e descritivo, onde objetiva-se examinar documentos, no caso os relatórios de auditoria, através da análise de conteúdo e apresentar um texto com aspectos e contextos das informações levantadas. (CUNHA, 2017; DENZIN; MATIAS-PEREIRA, 2007).

Análise de conteúdo trata-se de um processo sistemático de mensagens em qualquer tipo de comunicação, onde haverá a análise prévia para conhecimento do conteúdo, a separação de palavras e frases relacionadas à busca que se tem como objetivo, além da análise técnica do conteúdo examinado (CUNHA, 2017).

Nesse sentido, Cunha (2017) elenca as etapas da análise de conteúdo:

1) Pré-análise – organiza o material deixando-o operacional com a sistematização das ideias iniciais através da leitura flutuante, sendo o contato preliminar que começa a conhecer o texto, da (b) escolha dos documentos, demarcando o que será analisado, (c) formulação de hipóteses e objetivos, e (d) determinação dos indicadores.

2) Exploração do material – é o momento da codificação, definindo categorias e unidades de registro.

3) Tratamento dos resultados, inferência e interpretação – momento de consolidar os achados e suas análises destacadas para prosseguir com as reflexões e inferências.

4 ANÁLISES E RESULTADOS

No presente estudo, foram analisados os intermediadores financeiros listados na B3. No total, somam-se 31 empresas estudadas. Dessas empresas, apenas uma não teve reportado algum tipo de Principal Assunto de Auditoria, o Banco Patagônia. A tabela 1 a seguir mostra a relação entre as empresas analisadas e suas respectivas empresas de auditoria.

Tabela 1 – Auditadas e empresa auditoras

	BDO	EY	KPMG	MBAUDI T	PwC
ABC Brasil		X			
Alfa de investimento S.A.			X		
ALFA HOLDINGS S.A.			X		
Banco Amazonia S.A.			X		
Banco BTG Pactual S.A.		X			
Banco de Brasília		X			
Banco do Brasil			X		
Banco do Nordeste		X			
Banco Indusval S.A.					X
Banco Inter			X		
Banco PAN					X
Banco PINE					X
Banco Santander S.A.					X
BANESE S.A.		X			
BANESTES S.A.					X
BANRISUL			X		
BCO do Estado do Pará			X		
BCO Mercantil de investimentos					X
BCO Mercantil do Brasil S.A.					X
Bco Patagonia			X		
BCO SANTANDER BRASIL S.A.					X
Bradesco Leasing			X		
Bradesco S.A.			X		
BV Leasing			X		
Dibens Leasing					X
Financeira Alfa S.A.			X		
Finansinos S.A.				X	

ITAÚ					X
ITAÚSA - investimentos Itaú	X				
Mercantil Brasil Financ					X
Paraná Banco			X		
TOTAL	1	5	13	1	11

Fonte: dados da pesquisa.

A tabela mostra que as empresas listadas na B3, do ramo financeiro de atividades, em sua maioria foram auditadas por uma das *Big Four*, apenas o Itaúsa e o Finansinos S.A. foram auditados por uma empresa de auditoria que não faz parte das *Big Four*. Além disso, o fato da empresa de auditoria Deloitte não aparecer como empresa de auditoria de nenhum intermediário financeiro chama atenção.

Inicialmente, as análises versaram em observar os Principais Assuntos de Auditoria (PAA) dessas instituições, os quais podem ser observados a seguir:

Quadro 1 – Principais Assuntos de Auditoria por Empresa de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)	BDO	EY	KPMG	MBAUDIT	PwC	TOTAL
PCLD		5	9	1	6	21
Ambiente de tecnologia		5	2		8	15
Provisões para passivos contingentes - Fiscais, cíveis e trabalhistas			7		8	15
Crédito tributário		2	1	1	7	11
Benefícios a empregados		3	2		3	8
Impairment			1		3	4
Mensuração de valor justo de instrumentos financeiros e derivativos		1	1		2	4
Realização de ativos fiscais diferidos			4			4
Investimento na controlada	3					3
Valor de mercado de instrumentos financeiros		1	2			3
Operações com partes relacionadas		1			1	2
Avaliação do ágio					2	2
Investimento em coligada			2			2
Aquisição do Banco Popular Español					1	1
Ativos não correntes mantidos para a venda					1	1
Contabilidade de cobertura (Hedge Accounting)		1				1
Contingências		1				1
Detalhamento nas demonstrações anuais do impacto estimado da entrada em vigor da NIIF9					1	1
Possibilidade de recuperação dos ativos por impostos diferidos					1	1
Provisões técnicas de seguros e resseguros registradas em empresas controladas em conjunto			1			1
Reconhecimento de receita			1			1
Restituição de recursos integralizados em processo de aumento de capital não efetivado					1	1
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		1				1
Valor justo de Instrumentos Financeiros Derivativos – Estrutura Hedge			1			1
Valor justo de títulos de dívida emitidos por companhias de capital fechado e ações de companhias abertas com baixa liquidez					1	1
Valor recuperável dos ativos			1			1
Total Geral	3	21	36	2	46	108

Fonte: elaboração própria.

O assunto mais reportado dentre as empresas foi a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), este apareceu nos PAA's de 21 das 31 instituições. Para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, as instituições classificam suas operações de arrendamento mercantil, operações de créditos, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, em nove níveis de risco, levando em consideração os fatores e as premissas da Resolução CMN 2.682/1999, classificando como "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. A classificação dessas operações exige julgamento por parte da administração da instituição na determinação

das premissas e dos critérios utilizados, por isso é considerado como um Principal Assunto de Auditoria.

Quatro empresas de auditoria trataram de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa no relatório do auditor. A KPMG incluiu esse assunto como PAA em 9 dos 13 intermediários financeiros que são auditados por ela. A PwC incluiu o assunto em 4 das 11 empresas auditadas, a E&Y incluiu em todas as 5 empresas que auditou, assim como a MBAUDIT que incluiu no único intermediário financeiro que auditou.

A PCLD aparece então como o PAA mais destacado em linha com o estudo feito pelo IBRACON (2017) com base nos relatórios anuais de 2016, no setor bancário “os relatórios indicaram uma atenção com a recuperabilidade das carteiras de créditos e ativos financeiros em geral – com a provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)” (IBRACON, 2017).

Quanto às ações e procedimentos dessas empresas a respeito dos PAA's levantados, as quatro empresas de auditoria avaliaram em seus relatórios o desenho e a efetividade dos controles internos relacionados às operações de crédito. A KPMG, a E&Y e a PwC avaliaram, com base em amostragem, se o banco atendeu os requisitos da Resolução CMN 2.682/1999 e utilizaram testes, baseados em amostragem, de controle relacionados com a atribuição dos níveis de provisão, a totalidade e integridade dos dados, mensuração das garantias, entre outros. A empresa MBAUDIT não deixou claro como realizou suas avaliações.

O segundo assunto mais apontado foi o Ambiente de tecnologia, o qual aparece como PAA em 15 dos 31 relatórios analisados. Esse assunto é considerado de risco devido à alta dependência dos intermediários financeiros de uma estrutura de tecnologia, em consequência do volume de transações, do aumento da estrutura de tecnologia e de investimentos significativos em sistemas e processos de tecnologia da informação.

O assunto foi incluído no relatório de auditoria de três empresas, a PwC, a KPMG e a E&Y. Todas as três empresas de auditoria incluíram o envolvimento de especialistas para avaliação dos testes dos controles gerais de tecnologia relacionados a acesso. Também foram realizados testes quanto a efetividade dos controles automatizados relacionados aos processos relevantes para preparação das demonstrações financeiras.

O terceiro assunto com grande incidência nos relatórios de auditoria foi a Provisão para passivos contingentes – Fiscais, cíveis e trabalhistas, este foi relatado como PAA em 15 relatórios emitidos por duas empresas de auditoria, a KPMG e a PwC. As instituições constituem provisão para demandas judiciais trabalhistas, cíveis e fiscais quando estas são decorrente de eventos passados onde é provável o desembolso financeiro. O assunto é tratado

como relevante pois exige a mensuração de aspectos e julgamentos subjetivos por parte da administração da empresa.

No estudo do IBRACON com base no ano de 2016 esse assunto já era destaque figurando como um dos mais comentados. A saber:

Contingências também foi um assunto bem abordado por conta de diferentes interpretações fiscais, pelo nível de ações trabalhistas e pela subjetividade e dependência também de terceiros na determinação das estimativas de perdas. (IBRACON, 2016)

Referente a este item, a KPMG e a PwC avaliaram a efetividade dos controles internos relacionados à adequação da mensuração e reconhecimento da provisão para passivos contingentes, confirmando informações junto à advogados externos. A PwC realizou testes em uma base amostral sobre a integridade e histórico de perdas incorridas, analisou também, com apoio de analistas, a probabilidade de perda dos processos judiciais e administrativos significativos de acordo com a natureza de cada processo e confrontaram saldos contábeis com relatórios analíticos de suporte. A KPMG analisou mudanças na estimativa em relação a períodos anteriores e avaliou se as divulgações das demonstrações estavam de acordo com as regras aplicáveis.

O Crédito Tributário foi exposto como Principal Assunto de Auditoria em 11 dos relatórios de auditoria dos intermediários financeiros estudados, dentre os PAA's que envolvem esse assunto temos Projeção de Resultados Futuros Para a Realização de Ativos Relativos a Créditos Tributários, Recuperabilidade dos Créditos Tributários, Valor Recuperável dos Ativos e Realização dos Créditos Tributários. Esses assuntos são complexos, pois dependem da aplicação de julgamentos e adoção de premissas subjetivas pela administração. A questão do Crédito Tributário foi tratada por 4 empresas de auditoria, a PwC, a KPMG, a E&Y e a MBAUDIT.

Todas as quatro empresas avaliaram a razoabilidade das premissas utilizadas pelas administrações no estudo da realização dos créditos tributários. A KPMG examinou a consistência dos dados e as premissas utilizadas na preparação dos documentos e efetuou recálculo matemático dos valores incluídos no estudo técnico dos créditos tributários. A PwC analisou a consistência das premissas utilizadas pela Administração para projeção de lucros tributários com as adotadas em períodos anteriores. A E&Y verificou a exatidão matemática no cálculo e na consistência dos dados utilizados pelas empresas, assim como verificou as avaliações anteriores.

Benefícios a empregados entrou como Principal Assunto de Auditoria em 8 dos relatórios analisados. As empresas de auditoria que identificaram relevância nesse relatório foram, a E&Y, a KPMG e a PwC. O assunto é considerado como PAA devido à complexidade dos modelos de avaliação dos passivos atuariais, cujos valores envolvem a utilização de premissas de longo prazo e elevado grau de subjetividade, tais como, taxa de desconto, de inflação e de mortalidade. Alterações nessas premissas podem ocasionar impactos relevantes.

A PwC analisou as premissas utilizadas pela administração para o cálculo do passivo atuarial comparando com metodologias e premissas independentes e testou se os procedimentos atenderam os requisitos técnicos contábeis. A KPMG testou, através de amostragem, os controles internos relevantes relacionados às provisões técnicas, avaliaram a consistência dos dados e a razoabilidade das premissas de longo prazo e efetuaram o recálculo das provisões técnicas. A E&Y também analisou as premissas utilizadas na avaliação das obrigações atuariais e testou as bases de dados cadastrais utilizadas nas projeções atuariais e a suficiência das divulgações.

Impairment foi tratado como PAA em 4 relatórios devido a exigência de utilização de julgamentos e premissas da administração, incluindo análises tanto de fatores externos quanto de fatores internos. As instituições avaliam as evidências de perda entre análises individuais e/ou coletivas, dependendo da instituição. Esse assunto foi reportado por apenas duas empresas de auditoria. A KPMG considerou o assunto como de risco em apenas uma das empresas que auditou, levando em consideração os empréstimos e adiantamentos. Foram avaliados os controles internos e a metodologia utilizada para o cálculo do *impairment*. Com uma base amostral foi avaliado o *impairment* considerado individualmente através de inspeção das documentações e das premissas que suportam as decisões quanto ao valor recuperável das operações. Também foi testado a suficiência dos modelos para mensurar perdas por *Impairment* das carteiras de empréstimos e adiantamentos avaliados de forma coletiva.

Numa comparação com o estudo do IBRACON com base em 2016, 32% dos relatórios de auditoria apresentaram PAA relacionado a Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros (“*Impairment*”), pois o assunto envolve premissas e cálculos que tem algum nível de julgamento

A PwC considerou o assunto como de risco em 3 de suas 11 empresas auditadas, em duas das empresas considerou a mensuração da provisão e na outra considerou as perdas por

redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos. Para as provisões foram analisadas as premissas utilizadas em sua determinação e foram recalculadas, em base amostral, os valores destas. Foram incluídos testes sobre os controles internos e testes documentais sobre as principais variações na movimentação da provisão para perdas.

A mensuração de instrumentos financeiros a valor justo requer das empresas a utilização de premissas subjetivas para avaliá-los quando os preços ou parâmetros de mercado não são observáveis, devido a isso e à relevância dos instrumentos financeiros nas demonstrações contábeis, o assunto foi reportado como Principal Assunto de Auditoria em 4 intermediários financeiros, cada um com sua singularidade.

A KPMG incluiu a mensuração de instrumentos financeiros como PAA do Bradesco. Foi avaliado o controle interno para mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros. Para os instrumentos financeiros cujos parâmetros de mensuração não são observáveis, foi avaliado, com base amostral, os modelos para determinação do valor justo, a razoabilidade dos dados, os parâmetros incluídos nos modelos de precificação e foi recalculado o valor das operações.

A E&Y avaliou, com auxílio de especialistas, as premissas consideradas pela administração na mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros e a adequação das divulgações nas notas explicativas e nas demonstrações contábeis do banco BTG Pactual.

Por sua vez, a PwC incluiu a mensuração de instrumentos financeiros como PAA de dois bancos, do Santander e do Itaú, porém o assunto não foi conduzido da mesma forma pois no Santander trata-se da mensuração do valor justo de instrumentos financeiros com pouca liquidez e sem mercado ativo, já no Itaú trata-se de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros e derivativos nível 3. No Santander foram realizados testes dos controles internos que envolvem a mensuração, o reconhecimento e a divulgação do valor justo dos instrumentos financeiros e, com o auxílio de especialistas, foi analisado a razoabilidade das premissas utilizadas pela administração na precificação. No Itaú também foram realizados testes dos controles, foi analisado a metodologia de valorização dos instrumentos financeiros e as premissas adotadas em comparação com metodologias e premissas independentes e foi executado, com base amostral, a valorização de determinadas operações.

As operações com partes relacionadas foram consideradas como PAA para duas empresas, ao banco BTG Pactual e ao DIBENS Leasing devido a relevância dessas operações para as entidades, ao volume transacionado e ao risco associado a essas transações. A E&Y

foi responsável por auditar o banco BTG Pactual e nos procedimentos de auditoria incluiu a obtenção do entendimento das políticas e dos procedimentos que o banco utiliza para identificar e mapear as transações com partes relacionadas e testes amostrais de transações com partes relacionadas. A PwC foi a empresa que auditou o DIBENS Leasing, e conduziu o assunto de operações com partes relacionadas através da realização de testes quanto a efetividade dos principais controles estabelecidos no processo de valorização e divulgação dessas operações e testes sobre a mensuração das operações de acordo com as políticas contábeis da companhia.

Além dos assuntos que foram incidentes nos relatórios de auditoria de outras empresas, a KPMG reportou mais 7 assuntos como Principais Assuntos de Auditoria, dentre esses a Realização de Ativos Diferidos e o Valor de Mercado de Instrumentos financeiros tiveram quatro e três incidências, respectivamente. A realização de ativos fiscais diferidos foi tratada como Principal Assunto de Auditoria pois a constituição dessa conta está suportada por um estudo técnico que demonstra as estimativas de capacidade de realização futura, dessa forma, faz-se necessário julgamento do banco nas definições das premissas utilizadas. A KPMG analisou as premissas utilizadas, examinou a razoabilidade e consistência dos dados e efetuou recálculo matemático dos valores incluídos no estudo técnico.

O valor de mercado de Instrumentos financeiros também depende do julgamento da instituição financeira e foi conduzido de forma a avaliar a efetividade dos controles internos, os controles automatizados do processo de aprovação das premissas utilizadas para aprovação, marcação e classificação e para uma amostra, foram avaliados os modelos desenvolvidos para a determinação dos valores e a razoabilidade dos dados.

Investimento em coligada, participações societárias, projeção de resultados, provisões técnicas de seguros e resseguros registradas em empresas controladas em conjunto e reconhecimento de receita são os outros assuntos relatados pela KPMG como PAA, em sua maioria devido ao julgamento da auditoria para determinação de seus valores.

A PwC chamou atenção para o Valor Recuperável do Crédito Tributário no relatório de auditoria de três empresas, Santander do Brasil, Banco Pine e Mercantil do Brasil Financeira. Esse assunto foi considerado como um principal assunto pois o crédito tributário é reconhecido contabilmente na medida em que haja expectativa de lucros tributáveis futuros e essa é baseada em projeções de resultados futuros que requerem a aplicação de julgamento por parte da administração. A PwC testou os controles internos que envolvem a apuração desses créditos tributários, obtiveram entendimento quanto as premissas incluídas nas

projeções dos resultados, efetuaram testes quanto a exatidão matemática dos valores projetados, entre outros.

Há assuntos que foram abordados apenas uma vez pelas empresas de auditoria, ou seja, não se repetem. No caso da PwC, temos os seguintes:

Quadro 2 – Principais Assuntos de Auditoria Listados Pela Empresa PwC

Banco	Principais Assuntos de Auditoria	Empresa de Auditoria
Banco Indusval	Ativos não correntes mantidos para a venda	PricewaterhouseCoopers
	Provisões para contingências fiscais	
Banco PINE	Valor justo de títulos de dívida emitidos por companhias de capital fechado e ações de companhias abertas com baixa liquidez	
Banestes	Provisão para Perdas de Operações de Créditos	
Mercantil de investimentos	Restituição de recursos integralizados em processo de aumento de capital não efetivado	
	Provisão para perdas com empréstimos e recebíveis	
Santander	Detalhamento nas demonstrações anuais do impacto estimado da entrada em vigor da NIIF9	
	Possibilidade de recuperação dos ativos por impostos diferidos	
	Aquisição do Banco Popular Español	

Fonte: elaboração própria.

A Ernst & Young reportou quatro assuntos que houveram apenas uma incidência, conforme a seguir:

Quadro 3 – Principais Assuntos de Auditoria Listados Pela empresa Ernst & Young

Banco	Principais Assuntos de Auditoria	Empresa de Auditoria
ABC Brasil	Contabilidade de cobertura (Hedge Accounting)	Ernst & Young
	Avaliação de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos não cotados	
Banco do Nordeste	Contingências	
	Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	

Fonte: elaboração própria.

A KPMG, por sua vez, chamou atenção para os seguintes assuntos:

Quadro 4 – Principais Assuntos de Auditoria Listados Pela Empresa KPMG

Banco	Principais Assuntos de Auditoria	Empresa de Auditoria
Alfa Holdings	Investimento em coligada	KPMG Auditores Independentes
Banco do Brasil	Participações Societárias	
Banrisul	Reconhecimento de receita	
Bradesco	Valor recuperável dos ativos	
Financeira Alfa	Valor justo de Instrumentos Financeiros Derivativos – Estrutura Hedge	
Paraná Banco	Provisões técnicas de seguros e resseguros registradas em empresas controladas em conjunto	

Fonte: elaboração própria.

Observa-se que as empresas de auditoria tratam os PAA's com similaridade, a forma como essas conduzem os assuntos reportados é semelhante para todos eles e as razões pela qual um assunto é considerado relevante também são análogos. Isso indica ausência de detalhamento e pode ocorrer pelo fato das empresas de auditoria prezarem pela objetividade nos relatórios ou por subjetividades na análise.

A seguir, foi criada uma nuvem com base nas palavras mais reportadas em todos os parágrafos que comunicam os Principais Assuntos de Auditoria de todos os relatórios estudados, desconsiderando artigos, pronomes, advérbios, verbos e adjetivos. Com base na criação da nuvem obteve-se que as palavras mais utilizadas foram as seguintes:



Através dos resultados das palavras com maior número de repetições, podemos observar que as palavras encontradas têm conexão com os assuntos que foram de maior importância para as empresas do ramo financeiro no ano de 2017. A principal razão de um assunto ser considerado de relevância para os intermediários financeiros foi a subjetividade nas definições das premissas utilizadas pela administração, e a palavra “premissas” aparece como uma das mais incidentes.

O assunto mais reportado foi Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e duas dessas palavras também aparecem com alto índice de repetição nos relatórios analisados, mostrando que a nuvem complementa o estudo do conteúdo das demonstrações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do objetivo de analisar quais são os Principais Assuntos de Auditoria das intermediadoras financeiras listadas na BMF&BOVESPA constantes nos relatórios de auditoria de 2017, verificou-se de maneira específica que os aspectos basilares divulgados pelas empresas de auditoria são PCLD, Ambiente de Tecnologia, Passivo Contingente, Crédito Tributário, Benefícios a Empregados, *Impairment*, Mensuração de Instrumentos Financeiros e Operações com Partes Relacionadas. E, dentre esses títulos, numa comparação com o estudo do IBRACON com base em 2016, que foi mais abrangente e tratou sobre diversos setores, porém considerando as devidas limitações, observou-se que os mais destacados e repetidos entre 2016 e 2017 são a PCLD, Passivos Contingentes e *Impairment*.

Quanto as atuações dos auditores para esses assuntos, verificou-se que as principais ações foram análise dos controles internos, uso de amostragem e especialistas sobre determinados assuntos, razoabilidade de acordo com os critérios pré-estabelecidos, além de recálculos.

Destaca-se ainda que na análise de conteúdo, ficou evidente que as empresas de auditoria apresentam parágrafos com escritas similares, o que indica ausência de

detalhamentos. Que pode ocorrer tanto pela subjetividade de análises, mas também por interesse em ser objetivo nos relatórios para buscar comunicação eficiente. Todavia, tal intenção não pode ser afirmada.

Para futuras pesquisas sugere-se que sejam realizadas análises sobre o impacto da comunicação dos PAA's no Brasil, análises baseadas em outros setores listados na B3 e análises sobre os efeitos do Novo Relatório do Auditor Independente quanto ao custo e a qualidade das informações do relatório do auditor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÉDARD, J.; BESACIER, N. G.; SCHATT, A. **Costs and Benefits of Reporting Key Audit Matters in the Audit Report: The French Experience**, 2014. Disponível em: <http://www.isarhq.org/2014_downloads/papers/ISAR2014_Bedard_Besacier_Schatt.pdf>

BM&FBOVESPA. **Empresas Listadas**. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm>

CARVALHO, L.N.G. **Parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis no Brasil: estudo das limitações no seu poder de comunicação. 1989**. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, 1989.

CORDOS, G.; FULOP, M. T. **Understanding audit reporting changes: introduction of Key Audit Matters**. Accounting and Management Information Systems Romania, Vol. 14, No. 1, pp. 128-152,2015.

COSTA, F. O. C.; FREIRE, M. D. M.; ARAÚJO, K. D. **Novo Relatório do Auditor Independente: conservadorismo ou singularidade?** VIII Congresso Brasileiro de Administração e Contabilidade - AdCont 2017 19 a 21 de outubro de 2017 - Rio de Janeiro, RJ

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil: teoria e prática**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2002. 468 p.

CUNHA, José Humberto da Cruz. **Estudo do emprego da taxonomia como instrumento auxiliar para decisões táticas no processo de auditoria**. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciência da Informação. Universidade de Brasília, 2017.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Coord.). **The sage handbook of qualitative research**. 3 ed. Thousand Oaks: Sage, 2005. 1210 p. ISBN 9780761927570.

IBRACON. **Estudo inédito apresenta os Principais Assuntos de Auditoria**. Disponível em: <<http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detNoticia.php?cod=4717>>

FREIRE, M. D. M.; MACHADO, M. R. R.; MACHADO, L. S.; SOUZA, E. S.; OLIVEIRA, J. J. **Aderência às Normas Internacionais de Contabilidade pelas Empresas Brasileiras**. Revista de Contabilidade e Organizações, vol. 6 n. 15 (2012) p. 3-22

KÖHLER, A.; RATZINGER-SAKEL, N.V.S.; THEIS, J. **The Effects of Key Audit Matters on the Auditor's Report's Communicative Value: Experimental Evidence from Investment Professionals and Non-Professional Investors**, 2016. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2838162>

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2007.

NBC TA 701, de 17 de junho de 2016. **Comunicação dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor independente**. Disponível em: <https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/01/NBCTA701_aud.docx>

OLIVEIRA, P.A. et al. **A mudança no relatório do auditor independente em resposta as expectativas de mercado: um auxílio na delimitação de sua responsabilidade?** 2015. 105 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2015.

SIROIS, L. P.; BÉDARD, J.; BERA, P. **The Informational Value of Key Audit Matters in the Auditor's Report: Evidence from an Eye-tracking Study**, 22 February 2017. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=2469905>>

SOUZA, M. K. P.; MARQUES, V.A. **Principais Assuntos de Auditoria e Opinião Sobre o Risco de Descontinuidade: Uma Análise Das Empresas do IBOVESPA 2017**. 2º Congresso UFU de Contabilidade.

WILLIAM, Attie. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998. 478 p.